

Dilma pretende criar uma linha oficial da pobreza

Medida ajudaria a calcular o custo para acabar com a miséria no país, promessa de campanha da presidente eleita

Vivian Oswald

● BRASÍLIA. A presidente eleita, Dilma Rousseff, vai criar uma linha oficial de pobreza para ampliar a política social do governo, que terá crianças, regiões metropolitanas e comunidades isoladas como focos, agora que o governo Lula considera cumprida a missão de atender a pobreza "clássica" do Norte/Nordeste. A linha ajudará a calcular o custo para acabar com a pobreza no país, inicialmente estimado entre R\$ 9 bilhões e R\$ 21,7 bilhões por ano. Esse é o principal nó para a presidente eleita cumprir sua principal promessa de campanha.

A equipe de transição já começou a fazer os cálculos do custo dessas políticas para os cofres públicos. Tudo vai depender do critério adotado para definir quem são e quanto ganham essas pessoas. Essa, segundo especialistas, é uma escolha política. Quanto mais alta a linha estipulada pelo governo, mais recursos deverão ser desembolsados para garantir o piso mínimo de renda das famílias para tirá-las da extrema pobreza.

Se a linha de pobreza escolhida fosse de R\$ 145 (como a usada pela Fundação Getulio Var-

gas), o custo seria de R\$ 21,7 bilhões. Mas, se for mais generosa para garantir, por exemplo, que todos recebam salário mínimo todo mês, o déficit passaria a R\$ 314 bilhões/ano.

Identificar esse número sempre foi um dos maiores problemas para reduzir desigualdades no país. Somente com essa conta em mãos, o governo poderá buscar fontes para financiar a iniciativa. Integrantes da equipe de transição estimam que, mantidos os 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) que o governo gasta com o Bolsa Família anual-

mente, o custo do programa deve subir R\$ 7 bilhões nos quatro anos de governo Dilma, valor baixo para os seus resultados.

Estima-se em 28,8 milhões o universo de pessoas que poderiam ser consideradas miseráveis no país, segundo os critérios da Fundação Getulio Vargas. Em 2003, eram 49 milhões. Alagoas é o estado com maior proporção de miseráveis do país em relação à sua população (34,96%), sendo seguido pelo Maranhão (31,49%).

O governo admite que um dos maiores desafios dos programas

sociais é atingir os mais pobres nos grandes centros urbanos. Só na cidade de São Paulo, há 300 mil famílias de miseráveis não incluídas no Bolsa Família. No Estado do Rio, a proporção de miseráveis é de 10,25% da população fluminense.

A erradicação da pobreza extrema será tema do primeiro grande fórum de discussão sobre os projetos do novo governo. Dilma já deixou claro que as crianças devem ser o foco das políticas para a erradicação da pobreza.

Segundo especialistas, é preciso melhorar o foco, sim, mas não se pode perder de vista que o varejo do Bolsa Família é o seu grande diferencial. Ou seja, a parte "industrial" do programa, que é simples e funciona no automático, torna-o eficiente. Criar critérios mais específicos pode tornar o programa mais "artesanal" e, portanto, mais caro.

Para o diretor de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Jorge Abrahão, fundamental para erradicar a pobreza é combater o analfabetismo, que atinge 14 milhões de brasileiros. ■

A cara da pobreza extrema

28,8 milhões de pessoas estão na pobreza extrema



11,9 milhões são crianças entre zero e 14 anos

■ Alagoas é estado com maior proporção de miseráveis (34,96%), sendo seguido pelo Maranhão (31,49%)

■ No Estado do Rio de Janeiro, a proporção de miseráveis é de 10,25% da população fluminense

■ Santa Catarina é o estado com a menor proporção de miseráveis do Brasil (3,93%)

■ Regiões isoladas, quilombolas e aldeias indígenas sofrem com a falta de acesso às políticas sociais

■ 300 mil famílias só na cidade de São Paulo ainda estão fora do Bolsa Família

CUSTO MÉDIO PARA TIRAR PESSOAS DA SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA POR FAIXA ETÁRIA

Custo médio por pessoa/mês

0 a 4 anos	R\$ 15,96
5 a 9 anos	R\$ 16,18
10 a 14 anos	R\$ 14,35
15 a 19 anos	R\$ 10,45
20 a 24 anos	R\$ 7,65
25 a 29 anos	R\$ 7,98
30 a 35 anos	R\$ 9,20
36 a 39 anos	R\$ 8,77
40 a 44 anos	R\$ 7,69
45 a 49 anos	R\$ 7,29
50 a 54 anos	R\$ 6,71
55 a 59 anos	R\$ 5,77
60 anos ou mais	R\$ 3,14

O CUSTO DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

- De R\$ 9 bilhões a R\$ 21 bilhões ao ano (dependendo da linha de pobreza adotada)
- Complementar a renda do cidadão miserável para que receba até um salário mínimo/mês custaria R\$ 300 bilhões ao ano

Marcia Foletto



FONTE: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV) a partir dos microdados da PNAD/IBGE

MÁRCIA LOPES**'Bolsa Família será mais ágil'**

• A ministra do Desenvolvimento Social afirma que já está em pauta o reajuste dos benefícios do Bolsa Família. Diz que o programa cumpriu um ciclo e reconhece desafios.

O GLOBO: *Como está a discussão para definir uma linha de pobreza?*

MÁRCIA LOPES: Temos um debate pela frente. Não sei se vamos chegar à conclusão de uma única linha. Quando se pensa em política habitacional, tem um critério; em Luz para Todos, outro. Para o Bolsa Família, pode haver uma linha específica. A que utilizamos para pobreza extrema é de famílias que ganham até R\$ 70 per capita por mês. A de famílias pobres é entre R\$ 70 e R\$ 140. A linha ajuda a montar políticas, mas não é um debate simples. Há diferenças regionais importantes.

• *Qual o planejamento para programas de transferência de renda a partir de 2011?*

MÁRCIA: Incluir todas as famílias elegíveis, buscar comunidades mais isoladas, indígenas, quilombolas, populações de rua. Temos 750 mil famílias pobres que não recebem benefício porque não têm filhos. É um dos focos. Estamos discutindo o reajuste. É preciso reajustar o benefício para manter a coerência do programa de garantir o poder de

compra das famílias.

• *Onde ajustar o foco?*

MÁRCIA: Nas cidades de médio e grande portes, a situação é mais complexa, assim como nas comunidades mais tradicionais. Não tínhamos mapeamento das comunidades indígenas, dos quilombolas, das populações de rua. As populações indígenas vão entrar não somente com nome, mas com etnia, língua. Além de mais completo, o programa será mais ágil.

• *Como avalia a efetividade do Bolsa Família?*

MÁRCIA: Fizemos a integração das iniciativas existentes em relação à garantia de alimentação, acesso e produção. Foi feito um conjunto de programas. O Brasil conviveu com várias experiências positivas, mas que nem sempre tinham escala, efetividade. Nos sete anos de Bolsa Família, cumprimos este ciclo. As pesquisas têm mostrado que o programa é focalizado. Temos muitos desafios.

• *A presidente quer foco nas crianças. O que fazer?*

MÁRCIA: A ampliação das creches é uma meta que deve ser assumida por todas as esferas. Vamos recorrer ao cadastro único, onde temos 20 milhões de famílias inscritas, que ganham até meio salário mínimo. Vamos priorizar famílias que já estão lá.